SUMÁRIO

Capítulo 1

TEMAS INICIAIS **17**

1.1. Considerações gerais acerca dos contratos administrativos. Cláusulas exorbitantes. Contrato de adesão. 17

1.1.1 Requisitos dos contratos de obras públicas 19

1.1.2. Publicação dos contratos 22

1.2. Obras Públicas. Serviços de Engenharia. Distinção. Consequências 23

1.2.1. Obras de grande vulto e de alta complexidade técnica 30

1.3. Contrato *intuitu personae* 32

1.3.1. Subcontratação parcial 32

1.3.1.1. Necessidade de autorização prevista no edital e contrato 35

1.3.1.2. Pagamento direto à subcontratada 37

1.3.2. Questão da sub-rogação contratual 37

1.3.3. Questão da cessão de crédito 40

1.4. Contratação de consórcio 45

1.4.1. Participação de empresas mediante consórcio no pregão 48

1.4.2. Modificação do percentual de participação ou composição 50

1.5. Matriz e Filial. CNPJs distintos. Problemática acerca da possibilidade do pagamento 59

1.6. Garantia contratual 67

1.6.1. Liberação parcial da garantia 70

1.6.2. *Performance Bond* 70

Capítulo 2

ALTERAÇÕES CONTRATUAIS 73

2.1. Mutabilidade dos contratos administrativos. Aditivos contratuais 73

2.2. Alterações qualitativas e quantitativas 77

2.3. Limites dos acréscimos e supressões 79

2.4. Acréscimos relacionados à reforma de edifícios 89

2.5. Inclusão de novos itens não previstos no âmbito contratual .. 90

2.5.1. Impossibilidade de inclusão posterior de serviços essenciais para execução do contrato. Presunção de inclusão no BDI 96

2.6. Alterações no contrato sob a forma de contratação integrada no Regime Diferenciado de Contratações (Lei n.º 12.462/11) 98

Capítulo 3

VIGÊNCIA DOS CONTRATOS DE OBRA PÚBLICA 107

3.1. Vigência dos contratos administrativos 107

3.2. Prazo de vigência e prazo de execução 108

3.2. Vigência dos contratos de obras públicas. Contratos de escopo 110

Capítulo 4

CONTRATAÇÃO SEM LICITAÇÃO 117

4.1. Dispensa e inexigibilidade de licitação. Conceitos. Distinção... 117

4.2. Contratação em razão do valor 121

4.3. Contratação emergencial 122

4.3.1. Emergência fabricada 130

4.3.2. É possível prorrogar os contratos emergenciais?... 131

4.4. Contratação de remanescente de obra pública 132

4.5. Contratação de pessoa jurídica de direito público interno.... 135

4.6. Contratação de empresa com notória especialização 136

Capítulo 5

EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO 139

5.1. Correção monetária 139

5.2. Reajuste de preços 140

5.2.1. Cálculo do reajuste 147

5.2.2. Termo inicial para aplicação do reajuste..... 150

5.2.3. Preclusão lógica na prorrogação de vigência contratual 154

5.3. Repactuação de preços..... 155

5.4. Revisão de preços 156

Capítulo 6

SANÇÕES CONTRATUAIS 165

6.1. Sanções previstas nas Leis nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002. Suspensão Temporária do Direito de Licitar e Contratar. Declaração de inidoneidade. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública. Efeitos. Abrangência..... 165

6.2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar. Lei das Estatais (Lei n.º 13.303/16). Efeitos. Abrangência..... 173

6.3. Cumulatividade da aplicação de multas moratórias e compensatórias. Necessidade de previsão editalícia..... 176

6.4. Possibilidade jurídica da aplicação de sanções após a extinção contratual 177

6.5. Desconsideração da Personalidade Jurídica no âmbito administrativo 178

6.6. Efeitos *ex nunc* das sanções contratuais..... 181

Capítulo 7

EXTINÇÃO CONTRATUAL..... 185

7.1. Introdução 185

7.2. Rescisão amigável 189

7.3. Rescisão Unilateral..... 192

7.3.1. Rescisão por razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento 193
7.3.2. Rescisão por inadimplemento contratual 197
7.3.3. *Exceptio non adimpleti contractus* 203
7.3.4. Suspensões ocorridas por ordem da Administração .. 204
7.4. Anulação do contrato..... 208
7.5. Contratos administrativos fundados em decisões judiciais precárias..... 216

Capítulo 8
ATIVIDADE FISCALIZATÓRIA 221

8.1. Conceito e atribuições da fiscalização..... 221
8.2. Liquidação, medições e pagamentos 229
8.2.1. Pagamento antecipado 233
8.3. Importância da fiscalização no poder disciplinar..... 236
8.4. Ato de recebimento do executado 238
8.5. Gerenciamento de obras públicas 245

Capítulo 9
EXECUÇÃO SEM COBERTURA CONTRATUAL 249

Capítulo 10
RESPONSABILIDADE APÓS A EXECUÇÃO CONTRATUAL 259

10.1. Garantia das obras públicas 259
10.2. Questões acerca do prazo de garantias 267

Capítulo 11
RESPONSABILIDADE CIVIL DECORRENTE DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E DO PARECERISTA..... 273

11.1. Responsabilidade pela má execução do contrato e pelo simples fato da obra 273

11.2. Responsabilidade do Estado nas terceirizações pelos encargos trabalhistas e previdenciários. Aplicação da OJ n.º 191 da SBDI-I do TST 275

11.3. Responsabilidade do parecerista 276

Capítulo 12

CARTELIZAÇÃO DO CONTRATOS 285

Capítulo 13

CONCESSÃO DE OBRAS PÚBLICAS..... 291

Capítulo 14

QUESTÕES RELEVANTES ACERCA DO PROCESSO LICITATÓRIO.... 297

14.1. Sistema de Registro de Preços (SRP) 297

14.2. Utilização do pregão 304

14.3. Contratação mediante técnica e preço 311

14.4. Elementos exigidos para licitação 313

14.4.1. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) 314

14.4.2. Projeto Básico e Executivo 314

14.4.2.1. *Building Information Modelling* – BIM 326

14.4.3. Dotação Orçamentária 328

14.4.4. Cronograma físico-financeiro 331

14.4.4.1. Jogo de cronograma 332

14.4.5. Orçamentação de obras públicas 333

14.4.5.1. Jogo de planilhas 340

14.4.5.2. Curva ABC 341

14.4.5.3. Remuneração por resultados ou produtos x horas trabalhadas 342

14.4.5.4. Bônus e despesas indiretas (BDI) 343

14.4.5.4.1.Definição. Composição. 343

14.4.5.4.2.BDI paradigma 345

14.4.5.4.3.BDI diferenciado 348
14.4.5.5. Administração Local 348
14.4.5.6. Administração Central 354
14.5. Credenciamento de empresas 356
14.6. Aglutinação/agrupamento de objetos em lotes 358
14.7. Utilização do maior desconto como critério de julgamento (Fator ou Multiplicador K)..... 364
14.8. Qualificação técnica dos licitantes 370
14.8.1. Capacidade técnica operacional e profissional..... 371
14.8.2. Questão do conteúdo dos atestados e parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo.... 377
14.8.3. Exigência de número mínimo de atestados e somatório..... 380
14.8.4. Exigência de tempo mínimo de experiência dos profissionais 382
14.8.5. Exigência de inscrição na entidade profissional competente..... 383
14.8.6. Exigência de habilitação cumulativa para mais de um lote..... 384
14.8.7. Exigência de visita técnica 385
14.8.8. Exigência de certificação de qualidade 386
14.8.9. Exigências que oneram o licitante em custos..... 388

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 391